

rial que é quando as despesas são maiores que a receita, esse deficit é daquele momento, daquele exercício financeiro individualizado. Futuro processo matemático é a diferença entre a dívida e o que se recebe, temo uma dívida contratada com o preceito à cencar, futuros boletos e futuras receitas, exemplo meu salário próximo mês não recebi se eu sou concursado eu tenho direito a receber, é um ativo atuarial e temo dívidas a pagar no próximo mês, não chegou ainda o boleto, mas temo que pagar, processo matemático é a diferença entre a minha dívida e minha receita, esse processo é importante porque existe uma avaliação patrimonial diminuir minha dívida e diminuir meu dinheiro a receber, esse avaliação precisa ser registrada contabilmente, por isso ter que fazer a processa são matemáticos todos os meses para se ajustar a avaliação patrimonial da prefeitura. É nação mais tendo a tratar de se permanecer a reunião.

Atenciosamente,  
Erandio Allison C. de Oliveira

Julianny Maria Soares da Costa

Daniela Faria Lopes

Após 28 de junho de 2023 deu-se início no Auditório da secretaria de planejamento a reunião mensal ordinária do Conselho Municipal de Precidência, hoje o Conselho não tá completo, trouxemos uma pauta que é relativo aos retornos relativos a prestação de contas, o primeiro ponto é autorizar que o Conselho deu pra filmar o acordo com o fundo Fontaine Ville, o escritório do Sr. Bruno Barreto estive em São Paulo na data

acordada para a reunião, a minuta do acordo  
 estava toda pronta, eles em tese iam devolver  
 o valor incontestado com uma parcela pequena e  
 valor inicialmente incontestado foi R\$ 7.000.000,00  
 (sete milhões de reais) e até o momento a pessoa  
 que responde por esse fundo não deu sinal que  
 iria firmar o acordo, quando o Dr. Brunel  
 esteve na reunião ele tentou mudar alguns  
 pontos que a gente tinha aprovado previamente  
 ao acordo relativo a entrada valores de parcelas,  
 percebemos que eles estão tentando ganhar tempo,  
 essa semana o advogado do Igor que é o  
 idealizador destes fundos: Phenom. Fontaine,  
 finalizou de que o Igor estava com dificuldades  
 para que firme esse acordo, não é só João Gonçalo,  
 tem que participar. Maracanai, Monow. Monow  
 conseguiu obter um valor que estava em depósito,  
 então existe uma ação tramitando relativo a  
 Monow que conseguiu de certa forma garantir  
 esse valor, mais na nova situação e na de Ma-  
 racanai não temos ação, não existe mais esse  
 recurso. O advogado do Igor informou que seu  
 cliente estava com dificuldades de pagar o  
 valor da entrada, sem entrada é impossível, esse  
 fundo está em processo de liquidação e o  
 processo vai terminar ano que vem, para  
 firmarmos um acordo em quatro parcelas vai  
 finalizar o prazo do fundo e eles não vão ter o  
 recurso para devolver e a gente ainda vai ter  
 que amargar um acordo que não vai ser benefício  
 para gente, eu me manifestei quando gestor de  
 recursos no sentido de que não temos interesse em  
 continuar, vai acabar firmando um acordo

que não é benéfico quanto um processo de liquidação do fundo, mas não temos expectativa de receber este valor. O que temos como ativo final dessa empresa emli, existe um estresse relacionado a esse fundo, não podemos dizer que é um fundo estressado em relação ao mercado de capitais, mas é um fundo que já está trazendo problemas, pois já existe um inquérito na Polícia Federal, o Iger já foi denunciado nesse inquérito devido as irregularidades, no início do exercício nós tivemos diversos problemas pois eles não estavam enciando os extratos, então cada fundo tem um administrador, um gestor e um custodiante e essas pessoas jurídicas no caso a mbrl, algumas que estão com problemas e não estão conseguindo emitir os extratos, fizemos comunicação a Comissão de Valores Mobiliários, abrimos o exercício financeiro de 2023 sem os extratos, mês a mês ele é atualizado conforme o saldo que tem em cada extrato. O fundo Latânia já era pra ter sido liquidado, ano passado entre os meses de novembro e dezembro tivemos uma perda de quase 3 milhões de reais, já sabemos que caiu a zero, a perda foi registrada em dezembro e foi registrada no exercício financeiro de 2022 e tem esse saldo de 14 mil reais. Esse fundo Latânia precisa finalizar o processo de liquidação, se caso contrário vamos ficar devedores de taxa de administração custodiante, são taxas que são devidas, já solicitamos que isso seja dada a prioridade maior. Estamos buscando uma execução em relação a um administrador do fundo

Phenom é 1 milhão e tantos mil, acat monitorio  
 que o Instituto de Precidência esta sendo deman-  
 dado, o escritorio do Dr. Bruno já protocolou  
 a defesa, já acompanhando essa situação, po-  
 ramos nos manifestar em juizo, nos temos inte-  
 rese de tirar esse recurso das contas da Preci-  
 dência, o advogado esta usando uma tese do  
 Direito do Consumidor, esse valor e um valor  
 que tem que calcular a parte do Instituto e ainda  
 assim nos temos a parte do valor que estamos  
 decendo. No relatório que a empresa LEMA nos  
 fornece mensalmente nesse relatório o mês de maio  
 de 2023, o mês de junho nos tá atualizado por  
 que ainda nos ficou quando fecha o mês nos  
 enciamos todos os extratos a LEMA produz esse  
 material e enciamos ao Ministério da Precidência,  
 o novo patrimônio esta em 126 milhões 755 mil  
 197 reais e 68 centavos, tivemos uma recoloca em  
 dezembro de 2020 o patrimônio do Instituto de  
 Precidência era R\$ 83. 478, 672, 20 em janeiro tem  
 uma redução para 81 milhões, quando pedramos  
 o Instituto de Precidência constatamos os incastimen-  
 tos nesse período e em 2021 as perdas e as  
 liquidacoes ocorreram no decorrer de 2021 e 2022  
 o novo patrimônio com todas as perdas esta sendo  
 Informacao relacionada a recoloca dos novos incastimen-  
 mento e de como cada período que incastimos  
 se comporta, existe uma diferença entre a avaliação  
 de mercado e um mal incastimento, hoje o  
 novo patrimônio esta quase 80% em incastimentos  
 do Banco do Brasil e restante em um fundo do  
 caixa Economica. Esse 1313 perfil tem 547 mil  
 e um recurso da sobre da Tascos de Administracão

do exercício financeiro 2022 e o que vem sendo  
neste mês a mês de 2023, já temos 547 mil  
reais, esse valor serve para a gente utilizar pro  
mesma finalidade que a gente utiliza para  
taxa de administração, pretendemos fazer em  
terno previdenciário é necessário, no Município  
mundo foi feito e a gente precisa trabalhar,  
um arquivo e novas instalações físicas a área  
aqui as paredes são muito mofoadas. Fundo Cata-  
nô R\$ 18.432,05, R\$ ações energia, R\$ patrimonial, R\$  
macro, R\$ multimercado Todos Bancos do Brasil  
e Fontaine Vile Urbanismo R\$ 6.854.649,77, aí  
chega a esse patrimônio líquido e nesse enqu-  
adramento estamos desenganchados em razão do  
fundo Fontaine, essa semana enciamos os  
demonstrativos de investimentos para o Ministério,  
fomos notificados em razão desse desenganchamento,  
tem um limite de 5% do novo PL e está além de  
5%, mas a medida que novo PL subir, esse percen-  
tual vai caindo e a gente vai ficar enquadrado.  
Precisamos estar tranquilos em relação a nossa carteira  
de investimentos, estamos mantendo nossos recursos  
em instituições seguras, mas temos essa situação  
mesmo com esse investimento problemático, fundos  
estruturados, enciamos o Instituto em uma premia-  
ção da ABIPEM e fomos classificados, foi a posição  
que podíamos alcançar diante de tantos problemas,  
superações, o ano de 2021 foi um ano muito  
difícil de adaptar para todos nós, não tivemos  
condições favoráveis para participar de eventos  
de premiações, pois estávamos focados em tentar  
estancar uma sangria uma perda significativa  
do patrimônio dos precatórios que representaram 20

milhões de reais, como entrar com uma ação de ressarcimento de danos contra os gestores dos fundos vinculados a cascata Cai Mauá do Brasil S/A não temos perspectivas de sucesso e calor porque não existe patrimônio, mais temos que cumprir a nossa missão, não podemos ser omisso. Esperamos o Instituto nessa premiação e mesmo com todas as dificuldades fomos classificados e um motivo de orgulho para toda equipe do Instituto de Puerilidade, para os pais, e muito bom escutar o nome do município em que a gente representa, no meio de tantos outros. Ficamos entre os 51 RPPS classificados de todo o Brasil, só aqui no estado do Ceará existem 64 RPPS e poucos conseguiram o êxito que nós conseguimos, RPPS vizinhos nossos não tiveram coragem de se inscrever porque para participar precisa de ERP, passamos mais de oitavo sem ERP, tínhamos irregularidade em todos os itens da ERP, hoje temos um item que é judicial a alíquota da contribuição do segurado, mais todos os outros itens temos que manter regular para conseguirmos manter o ERP, nós participamos na categoria II, mais de 02 mil segurados e concorremos com vários RPPS. Antes participei de uma live para dar força para quem não participou da premiação; o diretor da LEMA pediu para eu dar um depoimento, São Geraldo era impossível e foi possível. Todos os informações que eles solicitaram estavam no site, estamos fazendo questão de divulgar para que tanto o MP quanto TCE todos tenham conhecimento, as portas do Instituto estão abertas, estamos contando com a presença do médico do

município, Dr. João Carlos, e algo que estamos plantando de bom para que o servidor queira participar, entender como funciona a previdência, como nos estamos trabalhando. No ano ERP foi emiti-  
do dia 15 de junho, já consta pendente a aliquota do seguro que não atendemos a reforma da previdência, mais que precisamos nos adequar, para que a gente entenda o que a constituição federal dispõe, vai estar vigente até 12 de dezembro de 2027. Dr. João Carlos é preciso a gente entrar na regra da constituição, como ter que aumentar o tempo de contribuição e o valor? Camille. O que estamos querendo propor é o mínimo da alíquota e a idade que é o que tá na CF. No déficit atuarial é alto, conseguimos visualizar isso com o piso do magistério, o impacto foi muito grande, são regras que são gerais constitucionais que precisamos seguir. As situações de pensão que foram aprovadas com a Emenda Constitucional 103/2019 que é muito penosa, praticamente o cônjuge não vai ter direito a pensão. O STF declarou essas regras constitucionais. Amarello. A gente do amarelo em compensação previdenciária ao Instituto de Previdência, a compensação previdenciária nada mais é do que um encontro de cotas entre o INSS e o Regime Próprio, ao ser instituído o Regime Próprio todos os servidores efetivos passaram a contribuir para o R.P., não é justo que o RPPS pague 100% do benefício se parte da contribuição dele foi para o Regime Geral, então a constituição definiu que os regimes não se compensam financeiramente, se o servidor

se aposentou e 15 anos contribuiu com o INSS, não vamos buscar aqueles 15 anos de contribuição para o Regime Próprio, a compensação é inversa buscar aqueles contribuintes do Regime Geral para o próprio, pode acontecer o ingresso do Regime Próprio pagar o INSS. Quem foi acidental efetivo e depois foi trabalhar contribuindo para o INSS, o regime Geral também pode resgatar aquelas contribuições, inicialmente é isso em termos de contas para que tenha um equilíbrio entre os regimes, equilíbrio do pagamento dos benefícios futuros, não é justo se houve contribuição para um regime e outro regime arcar com a responsabilidade 100% é importante o RPPS buscar esse benefício porque ele não vem se o município não se manifestar, tem RPPS que não precisam fazer compensação e aí entra a prescrição, então tem que se manifestar para poder buscar esses recursos. A legislação legal: a Constituição Federal, a lei de 1999 portaria 6.657, já melhorando cada vez mais essa operacionalização a União faz parte da compensação, no aspecto bastante é responsável no município para nos ajudar no auxílio nessa parceria, antes o sistema antigo era ruim de se trabalhar aí foi melhorando, novos sistemas foram sendo implantados, hoje tá bem melhor o COMPREV. O regime de origem é aquele o qual segurado fez parte mais não o qual ele está pedindo aposentadoria, ou seja a pessoa contribuiu para lá mais não vai se aposentar lá. Regime instituidor, ele institui o benefício, solicitando a compensação, embora ele não tenha recebido todas as contribuições ele que institui o benefício, cabe a ele buscar



junto ao INSS os contribuições pagadas. Para  
fazer a compensação tem que fazer primeiro um  
termo de adesão, quando foi criado o novo  
sistema todos os municípios que antes faziam  
um acordo de cooperação técnica mudaram para  
termo de adesão no sistema de compensação  
previdenciária, nós de São Gonçalo fomos um dos  
primeiros a fazer termo de adesão quando ele-  
brou um contrato do sistema do DATAPREV, pagamos  
tanto termo de adesão onde pagamos a gestão  
anual, tem que identificar qual é a conta  
que vai receber os recursos e fazer a contratação  
do sistema porque antes era gratuito e a partir  
de então ele foi formalizado num contrato onde  
se paga um valor para o DATAPREV que é o  
mesmo sistema que faz a administração dos  
benefícios do INSS, tivemos que fazer esse contra-  
to com dispensa de licitação com esse inexigi-  
bilidade, a gente paga um valor todo mês para  
esse sistema 600 reais de acordo com o número  
de segurados, após isso é disponibilizado no  
sistema as senhas de acesso, a partir da libera-  
ção das senhas começa o processo. Na compensa-  
ção existe o fluxo passivo, ex: o beneficiário se  
aposentou fazendo 03 anos, só pode dar entrada  
na compensação após a homologação do Tribunal  
quando é homologado encaminhamos o requisi-  
tamento solicitando compensação previdenciária  
faz todos os cálculos dos anos de INSS, vai ser  
analisado pela autarquia federal, se as  
informações forem coerentes ele vai pagar o  
atrasado, vai pagar o valor acumulado,  
fluxo passivo, após receber esse fluxo, vamos

supor que o valor seja mil reais (R\$ 1.000,00), além do atrasado, vai receber o valor para aquela a pagar todos os meses até a pessoa morrer e quando o aposentado vem a falecer, se tiver tido pensão e dado entrada na compensação do pensão, fica recebendo até ser extinta a pensão. Regras para receber antigamente no sistema antigo tinham que fazer várias verificações, hoje é diferente basta o município estar com o CNB regular libera o pagamento se o certificado negativo de Récibo tiver concluído, o município fica com a compensação bloqueada até que seja regularizada a situação do CNB do município. O glória, se estamos recebendo a compensação de um aposentado aí ele vem a falecer, se a gente não informar para o INSS, vai continuar recebendo o pagamento, um dia o sistema vai detectar que houve aquele óbito, a autarquia federal vai pagar desde a data do óbito até quando você recebeu ter que devolver o dinheiro, por que foi pago indevidamente, tendo que ficar atento quando morrer uma pessoa comunicar logo o óbito. Os procedimentos para requerer a compensação previdenciária: requerimento, preencher o sistema do BATAPREV com as informações eles querem que você envie tem lá o requerimento já preenchido, os principais documentos são certidão de tempo de contribuição, onde existem as informações, não é preciso mais mandar aquela infinidade de documentos, não mandamos mais, manda só as informações e ficamos esperando a análise deles, eles vão fazer um cruzamento de informações, se as

informações que nos mandamos estiverem corretas  
o processo é aprovado se não tiver eles quem  
uma exigência. Se eles não mandam um documen-  
tado daquele processo, etc, partindo do benefício  
para fazer o contagem e fazer o calor, o homo-  
logação do TEE, quando é uma aposentadoria  
por invalidez tems que mandar o laudo  
médico para informar a questão da invalidez  
informar o esse para comprovar a invalidez  
Dr. João Carlos. Quando município não deposita  
o INSS como o segurado se comporta? Amarildo  
O INSS tem a questão do ENI, daí reunir processo  
de que trabalhou e contribuiu como contrato de  
trabalho, lútidat, com suas provas daí pedir a  
retificação do ENI, eles não inserir todas as suas  
contribuições no seu ENI, o INSS daí cobrar que  
no caso a arrecadação do INSS fosse pertencer a  
Recita Federal. Ela daí notificar o ente que não  
reparou e daí acalhar para que o calor seja  
recolhido, a briga fica entre o ente e a Recita  
Federal, a pessoa interessada tem que se mani-  
festar. Lamentável uma falta de reparação das contribu-  
ções previdenciárias acontece muito com os médicos  
por que o calor do desconto que daí para previden-  
cia é sempre alto, fora isso é um profissional  
que é muito não tem nenhum médico concursado.  
Amarildo. Se você já tá contribuindo com Tito  
daí trabalhar no outro sem nenhum desconto,  
pode contribuir como individual. Previdencia, o  
acumulado, aquele fluxo parado, antes era  
questão do ato, foi baixado um decreto que  
começa a prescrição quinquenal opartir da  
homologação do TEE. O sistema da compensação

previdenciário - quem administra é o DATAPREV, solicita o requerimento então vai para análise se tiver alguma coisa a ajustar ele preenche a exigência, se tiver tudo regular ele já faz o pagamento para o RPPS. A situação de São Gonçalo temos 64 processos recebendo compensação previdenciária, que todo mês vai o dinheiro na conta do previdenciário, temos 09 processos aguardando análise, incluídos nos meses 08, compensados meses 08 que são os que pagavam, 03 pensões em compensação, temos 118 processos trabalhados dentro do sistema do COMPREV, alguns enviando novos processos homologados e ainda os outros que estão em análise fazendo acompanhamento. Já conseguimos resgatar para o município R\$ 2.096.912,46 por meio dessa compensação para o RPPS, vai para o patrimônio, em dinheiro só pode ser usado para pagar benefício, vai para conta que paga os benefícios só pode ser utilizado para pagar aposentadorias e pensões. Nós já pagamos ao INSS R\$ 648.205,30 eles fazem um encontro de contas se eu tenho um valor a receber eles fazem o desconto de quanto eu tenho a pagar o saldo compensado é de R\$ 1.448.707,16 e mensalmente o saldo compensado é de R\$ 22.000,00 que todos os meses entram quando é aprovado mais um - entra aquele acumulado, teve mês de entrar R\$ 100.000,00 foi aprovado um ou dois e assim vamos dando continuidade e em trabalho que vai ser feito sempre, sempre que tiver benefícios a conceder vai ter compensação previdenciária, isso é um resumo para que possam entender o que é a compensação previdenciária.

a importância para o RPPS, fazendo dentro das normas e portarias. Dr. João Carlos quem do o laudo médico para o apontamento por invalidez. Camille tem que cadastrar um médico e ele quem vai analisar esses laudos, o médico do Instituto vai responder duas ou três perguntas sobre o laudo para fazer o deferimento ou indeferimento quem faz é o médico do município ou do Instituto, cadastrado Camille o RPPS. antes da reforma do previdência pagava auxílio-doença, salário maternidade e auxílio reclusão, benefícios temporários e permanentes com a reforma para tentar reduzir o déficit atuarial, o legislador tirou do rol os benefícios temporários. Ué o entendimento de que o RPPS não tem legalidade para pagar as perícias médicas relativas aos benefícios temporários, o Blouter foi nomeado por um tempo lá no quinto médico do Instituto, só que a junta médica foi extinta por que não podemos continuar custando algo que era da responsabilidade do ente, passamos essa situação para perpetua a responsabilidade foi transferida para Secretário da Saúde, não tem sentido a gente pagar e não ser utilizado. Está sendo trabalhado isso para que o município ceda para o Instituto, por que só vamos passar para poucas situações. Dr. João Carlos. Ointui a Luana que o médico da perícia não ser do próprio município. É o conselho ser com muitas pessoas que entendam de previdência e remunerado. Camille é novo conselho tem a participação do sindicato, na lei obrigatoriamente o presidente do Instituto também é o presidente do Conselho, se eu não

esticasse aqui não estaríamos fazendo as reuniões.  
 O conselho é composto por pessoas do poder  
 executivo, a Lauano é uma delas por que é inter-  
 nado, tudo circula dentro entre SEPLAG e Insti-  
 tuto de previdência, e que acontece no SEPLAG  
 repercute lá no Instituto de Previdência é importa-  
 nte que tenha representante do poder executivo, dos  
 representantes dos servidores ativos a Márcio e o Alisson,  
 um representante do poder legislativo que não é  
 o vereador, pois existe um dispositivo na constituição  
 que o vereador não pode fazer parte do Conselho  
 Municipal, como eu tenho experiência de legislativo  
 apresentei esse impedimento, quem representa o  
 legislativo é um servidor efetivo da Câmara  
 Municipal que é o seu Raci. Temos em representante  
 dos servidores inativos que esta sendo representado  
 hoje pelo Raci, representa a categoria aposentado  
 e pensionista e desde que esse novo conselho foi  
 formado as pessoas com participação, fizeram  
 curso de certificação, não é justo que a gente  
 apresente uma série de situações a serem deliberadas  
 e as pessoas não tenham conhecimento para tomar  
 uma decisão, era uma exigência do Ministério  
 e uma capacitação, está sendo exigido uma  
 profissionalização do RPPS, para eu estar no  
 cargo que eu tô hoje tenho que ter certificação,  
 nível superior, tenho que comprovar que sou  
 eleitoral, que tenho direitos políticos, para admi-  
 nistrar um patrimônio de 120 milhões, tenho que  
 comprovar idoneidade moral, já pegamos questões  
 dentro de uma legislação federal e que antes não  
 eram observados, passou a ser observado, pois  
 passou a ser observado para o município de 000

O conselho está representado e periclor. Semana passada foi realizada uma reunião sobre planos de campo e carreiras da educação, na oportunidade chamamos para comparecer a esta reunião. Contamos hoje com a presença do Antonieta que trabalha com ETE, já podemos exigir que o periclor entenda se ele não é capacitado. Não ter situações que damos ter que consultar o Ministério. Quando temita uma certidão tem que ter artigo do que isto fazendo, por que pode acontecer um ônus, um prejuízo para o RPPS. Anauldo. A questão do conselho deliberativo é órgão máximo, fazemos do diretório executiva, o conselho é fundamental e muito importante, onde o conselho municipal não atua e não funciona o RPPS tem problemas, quando o conselho é atuante a coisa anda de uma forma mais adequada, uma questão da remuneração é importante, os municípios estão criando remuneração por participação, tem que saber no orçamento de cada RPPS, o conselho se sente obrigado para participar cada vez mais. Importante a participação na participação que é até uma das exigências no projeto. Comille foi feito um concurso que aumentou a contribuição e repasse aumentou consideravelmente, na reunião passada o atuário falou que até quando vai ser feito um concurso tem que avaliar se vai ser benefício ou não e se não, caixa acabou aumentando embora no tempo tantas perdas. E nada mais tendo a tratar deu-se por encerrada a reunião.

Alquille Aluísio Meuz  
Antônio de Faria e Fátima de Fátima

Evandro Allison A. de Oliveira  
Darciaufaria Lopes